

FOLHA DO PROFESSOR

Ano 19 Número/ 79 Abril 79

Órgão do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro

GREVE DOS PROFESSORES

ASSEMBLÉIA DO DIA 25 DE MARÇO:

FEDERAÇÕES: INCONSTITUCIONALIDADE

ENSINO SUPERIOR

PROFESSORES LUTAM
POR MELHORES SALÁRIOS

POR UMA ESCOLA INTEGRAL

HILDETE PEREIRA

PROFESSORES PÚBLICOS: PRIMEIROS A PROVAR
QUE PODEMOS VENCER...
MESMO SENDO PROFESSORES



ASSEMBLÉIA DOS PROFESSORES DIA 7
ASSEMBLÉIA DOS EMPREGADORES DIA 10

A GREVE DOS PROFESSORES

Da Rede Pública

Após 14 anos de arrocho salarial que atingiu e atinge ainda as classes assalariadas, os professores do ensino público cansaram-se de esperar. Até então viveram de promessas das autoridades. Uma pequena melhoria para a classe, viria certamente... E, no ano seguinte, alimentaram-se de esperanças e de um miserável aumento. Em 1975, o Governador Faria Lima aprovou o estatuto do Magistério que até hoje não saiu do papel. Finalmente achavam os professores que o Plano de Classificação de Cargos, uma vez concluído, viria atender suas reivindicações. Porém, ao decretar o plano, as autoridades governamentais frustraram definitivamente todo o professorado. Assim é que no dia 8 de março de 1979, cerca de mil professores reunidos na BL, aprovaram unanimemente encaminhamento ao governador do Estado de um memorial contendo uma série de pontos. Dentre eles, a limitação a 12 horas semanais da carga horária semanal para os professores do 2º. grau, o enquadramento do pessoalativo, a efetivação do pessoal contratado em regime de LT, bem como 30% (trinta por cento) de adicional por agência de turma.

Enfim, aos professores o plano de Classificação de Cargos em nada atendeu. Ao contrário gerou uma justa revolta. Gestado nos gabinetes e, autoritariamente imposto, desencadeou na categoria um sentimento de total

repúdio. No dia 11 de março, em Niterói, cerca de três mil professores de todo o Estado, ao examinarem a negativa das autoridades em atendê-los, decidiram-se pela medida extrema: a greve foi deflagrada em todo o Estado.

Colocada assim a questão, a greve denuncia à sociedade o estado em que se encontra a categoria. Professores que somos, seja da rede pública ou particular, temos todos sofrido durante estes anos o resultado de uma política de arrocho aos trabalhadores. Antidemocráticas e arbitrárias, as decisões quanto ao ensino tem passado sempre ao largo da discussão e aprovação dos educadores. Da mesma forma que recebemos as chamadas "reformas" de ensino também recebemos promessas de melhorias salariais que não têm passado de projetos demagógicos. Em nada atendem aos anseios da categoria.

É hora, finalmente de exigirmos das autoridades medidas concretas que nos permitam alcançar aquilo que é direito de todos os trabalhadores: condições de vida mais dignas. E, para tanto é fundamental nossa força e união da categoria. Força que depende hoje, mais do que nunca, de um só fator: A ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES.

Assim, a luta pela unificação de toda a categoria em torno de um único Sindicato e pelo direito à sindicalização de todos os professores, será instrumento para a conquista de nossas justas reivindicações.

Os docentes do SENAI estavam, desde novembro passado, reivindicando um abono de 30%, a título de reposição salarial. A primeira mesa redonda convocada pela DRT foi ignorada pela direção do SENAI. A segunda também.

Diante da não concessão desse abono aos professores do 1º e 2º graus, os instrutores não esmoreceram e continuaram na luta. Elegeram em assembléia geral uma comissão que os representasse. Essa comissão junto com a diretoria do Sindicato forçou o diálogo, até então ignorado pela direção do SENAI. Paralelamente, ela iniciou o processo de discussão e organização dos companheiros. Notas conclamando os companheiros à luta foram distribuídas, visitas a todas as unidades foram realizadas. Crescia assim o movimento da categoria.

Através dos meios de comunicação a opinião pública tomou conhecimento da difícil situação econômica dos instrutores. Essa luta desenvolveu-se até que, nos meses de março, a direção patronal resolveu receber a comissão, junto com a direção do Sindicato para uma conversa. Nesse encontro foi comunicada a impossibilidade por parte do Diretor Regional de conceder abono, sem a prévia permissão do Conselho de Política Salarial. A resposta deveria demorar no mínimo 1 mês e provavelmente seria negativa, segundo informe

dado pelo Sr. Boclin (Diretor Regional).

Intransigência Gerou Greve

Após 5 meses de luta, os instrutores são ouvidos. Entretanto, ainda dominam a intransigência e a insensibilidade diante das justas reivindicações dos trabalhadores. Diante dessa situação, em memorável assembléia realizada no dia 10 de março, os instrutores decretam a paralisação de suas atividades a partir do dia 13. A greve durou 3 dias, durante os quais a categoria compareceu em massa ao Sindicato, permanecendo em vigília e assembléia permanente. A greve teve, praticamente, 100% de participação. A unidade da categoria, construída lentamente, passo a passo, durante 5 meses de luta, consolidou-se durante os dias de greve.

No dia 16 de março, em Assembléia Geral, os instrutores decidem suspender a paralisação até dia 20, quando se realizava mesa redonda convocada pelo delegado regional Sr. Luís Carlos de Brito. Estava demonstrada a disposição dos trabalhadores de negociar, mesmo diante da intransigência patronal.

Com a presença do Diretor Regional do SENAI, da comissão, da diretoria do Sindicato e do delegado regional desenvolveram-se os debates, chegando-se à seguinte proposta:

1º) Mudança da data de 1º de junho para dezembro.

2º) Aumento de 43% os salários atuais, retroativos a dezembro de 1978, incluindo 13º salário.

3º) Extensão a todos os docentes e incorporação de salário, a partir de março, função gratificada no valor de Cr\$ 1.333,00. (É bom lembrar que somente 120 instrutores possuíam).

A impossibilidade de uma solução transformou-se em vitória da categoria a partir da pressão da greve. Os instrutores do SENAI derrotaram seu alto nível de autoridade política, desvendando a luta palmo a palmo, organizando-se, fazendo greve e negociando no momento em que a unidade conseguida lhes deu o máximo de força.

A unidade está construída e os instrutores estão prontos para encaminhar outras lutas, exigindo melhores condições de vida.

O aumento salarial conquistado, o elevado nível de organização atingido pela unidade construída durante o saldo desse movimento.

Essa foi uma greve vitoriosa, sem arranhões, os companheiros do SENAI deram uma efetiva contribuição para a conquista da Democracia em nosso país.

Acendedor de Lampiões

Apaga Professores

Na Escola Experimental O Acendedor de Lampiões, dirigida pelo Sr. João Afonso Resende vêm ocorrendo, desde 1975, fatos muito esquisitos: Primeiramente a Escola colocou todas as professoras como autônomas por não ter desconto de PIS e nem pago o PIS. Depois, em 1977, os professores conseguiram voltar (através de lutas) com a carteira assinada, e alguns com a carteira assinada e outros tiveram que arcar com a nova carteira.

Durante este período o pessoal da escola dava 35 horas extras não remuneradas obrigatoriamente e pagava 17 horas extras obrigatoriamente (fora as não obrigatórias). Em 1978, os professores e coordenadores lutaram para uma luta por melhores condições de trabalho. Conseguiram parte das justas reivindicações.

No início deste ano, os professores organizaram um movimento para exigir remuneração de horas extras. Antes que esse documento fosse entregue ao diretor, este enviou ordens de corte para professora substituta e professor de atividades, além disso não pagaria nenhuma hora extra e não mudaria nenhum professor de nível.

Os professores e a coordenação organizaram um documento onde manifestavam sua insatisfação em relação à decisão do diretor. O documento foi recusado e os 3 coordenadores que assinaram o documento foram demitidos. O mais interessante é que eles são, nada mais nada menos que, a irmã do diretor, a filha do diretor e a sobrinha do diretor, estando esta com 5 meses de gravidez.

CARTEIRO

COMISSÃO PARITÁRIA

Ilmo. Sr. Presidente do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro.

Dando continuidade aos entendimentos mantidos com a diretoria desse Sindicato, levamos ao conhecimento de V. Sa. que foram designados para representarem nosso Sindicato na Comissão Paritária que estudará o acordo salarial para 1979 os professores Newton Santiago, José Martins de Santa Rosa e Zenith Quaresma.

Aproveitamos o ensejo para renovar-lhes os protestos de estima e apreço.

Nestes Termos,
Peço Deferimento.
Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1979
Newton Santiago, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º Graus do Município do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1979

Ilmo. Sr.
Milton Reinaldo Flores de Freitas
Comissão de Imprensa e Divulgação do

Jornal Folha do Professor

Prezado Senhor,

Interessada na aquisição do Jornal "Folha do Professor", publicado por esse Sindicato, venho solicitar seja remetido para o meu Gabinete, nesta Assembléia Legislativa, todos os números subsequentes.
Certa de contar com a gentileza de V. Sa., no atendimento deste pedido, subscrevo-me atentamente.

HELONEIDA STUDART
Deputada Estadual

Senhor Presidente,
Tenho a grata satisfação de dirigir-me a V. Sa., e aos demais membros dessa entidade, para participar que em Sessão Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 2ª Legislatura, realizada em 1º de Fevereiro último, por indicação de nosso Líder, foi-me confiada a missão de VICE-LÍDER DO GOVERNO, neste Poder Legislativo.

Ao aceitar esta incumbência, tornei-me imediatamente um vigilante em defesa

das justas reivindicações dos funcionários públicos, comerciantes e profissionais liberais, cumprindo esta árdua missão dos princípios democráticos, visando sempre, quando alguma em seu bojo, apresente prejuízo à assalariada e aos interesses do Estado.

Desde já, coloco o Gabinete "PALÁCIO 23 DE JULHO", no Palácio Tiradentes, na Praça Novembro nesta Cidade, à disposição dessa entidade de classe, a fim de juntos, possamos lutar por melhores condições de trabalho. Na oportunidade, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Deputado DARCY BRUM - Vice

Ilmo. Sr. Presidente do (a) SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO SECUNDÁRIO, PRIMÁRIO E DO RIO DE JANEIRO

TEMPO DE UNIR E LUTAR

José Monreivi Ribeiro

A idéia de unidade da categoria dos professores no Rio de Janeiro trava em condições de melhores condições de vida para seus representantes.

A Direção do Sindicato, desde o início de sua gestão, tem se firmemente empenhado na conquista de tais objetivos.

Anteriormente, era a apatia do pessoal docente, o que anestesiado pelas circunstâncias decorrentes da situação política. O chamado do professorado à luta por seus direitos faz parte do programa de ação sindical. É o número dos que se engajam nessa batalha, pois, com os ingentes esforços dos associados se sentem superadas, pelas minoradas as tristes condições de remuneração e de trabalho impostas à maioria da laboriosa categoria profissional.

Sabe-se que são necessárias transformações fundamentais na sociedade para que, no Brasil, profundas mudanças no domínio da instrução pública e das condições de trabalho do magistério. Enquanto isso não acontecer, resta proceder-se à luta da categoria, para o fim da exploração, ao subemprego e ao desemprego.

A proliferação de estabelecimentos particulares de ensino, que ocorre em decorrência da criação de escolas

oficiais, resulta em prejuízo, não só da democratização do ensino (oportunidade de instrução para todos), como da segurança de trabalho para o magistério.

Abrem-se escolas, quase como que se instalam "pontos de camelots" nas ruas e praças da Cidade. Na maioria das vezes são instituições fracas, com pouca ou nenhuma condição de funcionamento. Em consequência, além da exploração aos pais e das más condições de trabalho e de remuneração aos professores, prejudicam o ensino, denegrindo o magistério.

Dalí, ser necessária a firme união do professorado em torno de seu órgão de classe, o Sindicato, para que este, com o apoio de suas bases, os associados, possa dar cumprimento a seu Programa de Ação, a exemplo do que ocorreu com o corpo docente do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI-RJ, na recente greve de reivindicação salarial.

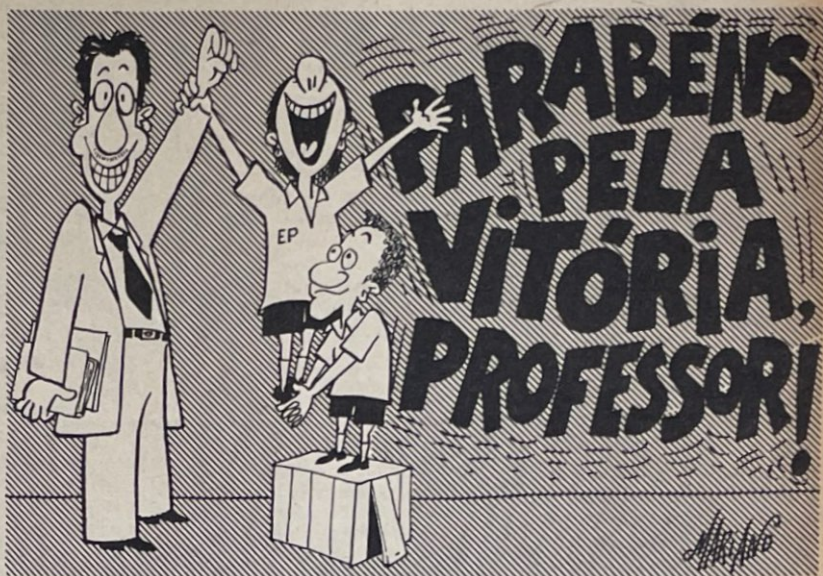
Os projetos de contratos coletivos de trabalho, tanto o elaborado pela Comissão de Salários (do 1º e 2º graus) como o preparado pela Comissão do Ensino Superior, representam, no conjunto, um passo à frente nas reivindicações da categoria profissional. Defendê-los, é um dever de todos.

E tempo de despertar, de tomar conhecimento e de ter consciência dos problemas, mais sentidos do magistério. É tempo de enfrentá-los, com pressão, se necessário for. O que, sem dúvida, será...

desejavam levar o seu exemplar.

Aos companheiros Francisco Brossard, Cláudio Barbosa, Juan Gervós, José Nilo Tavares, Maria Paula, Moema Toscano, e Paulo Gonzaga. Os nossos votos

MARIANO e a volta às aulas (Depois da Greve)



A ASSEMBLÉIA DO DIA 25 DE MARÇO:

DATA HISTÓRICA DO PROFESSORADO DO RIO DE JANEIRO

A presença maciça do professorado na Assembléia do último domingo, dia 25 de março, surpreendeu mesmo os observadores mais otimistas. Pelo menos 6 mil mestres provenientes do Rio de Janeiro e dos mais diversos municípios, encontraram-se no Clube Maxwell, em Vila Isabel, num clima de confraternização, próprio de quem está seguro do êxito da luta.

Depois dos rápidos informes sobre a greve, foram relacionadas todas as entidades que estavam apoiando nossa luta, sob os aplausos calorosos dos presentes que, a cada menção de apoio, agradeciam com palmas. Mas foram os metalúrgicos paulistas os mais aplaudidos, após a leitura de uma moção proposta pela direção da (SEP/RJ) — de repúdio à intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista. Repressão e autoritarismo definitivamente não têm guarida na nossa classe; estamos solidários com a classe operária, na luta pela liberdade sindical, por melhores salários e condições de trabalho.

Apoio dos Pais e da População

Desde aí, a reunião transcorreu num clima de grande emoção, especialmente quando se pronunciou uma se-

de alunos da zona de Leopoldina, para emprestar sua veemente solidariedade ao movimento. Este depoimento deixou definitivamente claro o apoio que nosso movimento estava recebendo dos pais e da população em geral, condição indispensável para nosso êxito.

Em seguida, foi feita a leitura do documento ao magistério, redigido pela Comissão do Governo, e das duas notas — uma da Secretaria Estadual de Educação e outra da Secretaria do Planejamento — que precisavam, em alguns pontos, o conteúdo da primeira.

Veio então a proposta da comissão executiva da greve: suspender a greve, mantendo a mobilização, organização e vigilância a fim de que as promessas governamentais fossem de fato implementadas. Para tanto era preciso a constituição de uma comissão de acompanhamento das negociações com o Governo, a manutenção das zonas com reuniões semanais, a realização de reuniões com os representantes de zonas e delegados de escola, criação e/ou fortalecimento dos núcleos municipais da SEP/RJ, e a realização de Assembléia Geral da classe no dia 28 de abril, após decorridos os

que as reivindicações fosse atendidas.

O Povo Unido Jamais Será Vencido

A proposta foi ovacionada e os oradores se sucederam destacando a vitória obtida pela greve, o recuo a que o Governo foi obrigado pela força do movimento, e a necessidade do fortalecimento da SEP/RJ.

"O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO", repetia em coro os professores. El clima de grande serenidade e emoção foi lida coletivamente uma carta da SEP/RJ onde era reafirmado o êxito do movimento grevista em todo Estado.

Terminada a Assembléia, o samba tomou conta do recinto e dos professores que começaram a comemorar a vitória.

Nesse momento, dia 28 de março, a vitória começa a concretizar-se: a Assembléia e a Câmara Municipal votam, em caráter de urgência, a mensagem do executivo estadual na qual estão as propostas da SEP/RJ.

Os aumentos estão chegando! Apenas a primeira batalha foi vencida. A luta continua!

Professor da rede oficial

ADPUC

o Bolhetim da ADPUC. Excelente. Em que, o editorial aos "perseguidos" que reproduzimos na página 8. A ADPUC tem a gentileza de reenviar-nos algumas cópias de exemplares para a nossa insuficiente

QUADRO NEGRO

PRECIPITADOS, NÃO

"Acusar os grevistas de precipitados não é correto. Durante quatro anos a administração Faria Lima, através da Secretaria de Administração, embolou os servidores com a cantilena de que o Plano de Classificação de Cargos, que unificaria os três quadros em que foi dividido o atual funcionalismo estadual, estava sendo elaborado.

Apesar dos insistentes pedidos das diversas entidades de funcionários, nenhuma delas foi admitida a participar dos estudos realizados em segredo nos gabinetes dos tecnoburocratas, bem aquinhoados, da fusão." (Editorial do "Jornal de Hoje" de Nova Iguaçu).

100 POR MÊS

A realidade brasileira que o sul-maravilha desconhece: há dias, a Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão, Pernambuco, deu ganho de causa a 26 professores de Pombos, ao reconhecer o vínculo empregatício das mestras que não tiveram suas carteiras anotadas, nunca receberam férias 13.^o salário, aumento salarial e recebiam 100 cruzeiros por mês.

As professoras foram demitidas pelo Prefeito por não terem votado nele nas últimas eleições. Agora, ele terá que anotar a carteira das 26 professoras e pagar indenização dobrada, salário retido em dobro, 13.^o salário, férias, recesso escolar, súmula do T.S.T., salário família, diferença de salário, juros de mora, correção e honorários de advogado calculados em 15% do valor da causa.

Vitória do Sindicato dos Professores do Estado de Pernambuco e, claro, das 26 mestras.

CLAMOR NACIONAL

"Ainda jogamos no mestre, como centro de processo pedagógico. Não nos iludimos com prêmios, organogramas, papéis milimetrados. O desafio do desenvolvimento será ganho, antes de tudo, nas salas de aula. Deve estar ocorrendo um engano qualquer. Em sua consciência ninguém pode pretender levar uma classe inteira à indignação e ao ressentimento" (Editorial do "Diário de Pernambuco")

477 Já Está Cheirando

O governo federal tanto procrastinou o sepultamento do falecido 477, que agora corre o risco de ver a benemérita providência ser executada pela oposição. Projeto nesse sentido acaba de ser apresentado na Câmara por um representante do MDB. Vetá-lo agora, ou mandar a maioria derrotá-lo, vai pegar um bocadinho mal. Basta ver que até os Reitores da UFRJ e da UERJ já se manifestaram formalmente à sua extinção.

CREDENCIAIS, POR FAVOR

Antes de entrar no mérito das acusações de "sectarismo marxista" que seria praticado por Departamentos e professores da PUC, cabe uma pergunta: durante o período do terrorismo cultural de direita, o que fizeram os professores que agora denunciam seus companheiros? reagiram? protestaram? ou ficaram caladinhos, acomodados? ou, quem sabe, gostaram?

MAIS CLAMOR NACIONAL

"Além dessa correria toda para dar um mínimo de 8 horas de aula, o professor tem que preparar essas aulas, tem que ler para se atualizar, tem que comprar livros, e os livros no Brasil estão com preços tão altos que dentro de pouco tempo serão vendidos em joalherias e não em livrarias. E a correção de provas? O professor ganha uns míseros 100 cruzeiros para dar uma aula (N.R. é raro, Hélio, é raro...), vai correndo de colégio em colégio para completar o mínimo indispensável, e quando chega em casa não tem nem descanso, pois tem que corrigir as provas, tem que fazer um trabalho para o qual ele não é pago. Não lhe pagam o tempo que gasta indo e voltando do colégio, não lhe pagam o tempo que fica correndo de um colégio para o outro, e também não lhe pagam o tempo que leva corrigindo provas, preparando aulas, ou seja, exercendo a sua função de professor que é uma função de tempo integral. Mas é de tempo integral apenas para ele. Pois para os colégios, cursinhos, Faculdades ou o que seja, o professor é apenas um ingrediente a mais dessa matéria-prima com a qual fabricam seus lucros cada vez mais volumosos" (Hélio Fernandes, "Tribuna da Imprensa")

Ah, se Eça de Queiroz fosse vivo

O Sr. Euro Brandão, no curto período em que geriu o MEC, produziu algumas jóias que fariam morrer de inveja o Conselheiro Acácio. Para fechar com chave de ouro a sua efêmera passagem pela pasta da Educação e da Cultura, o ilustre engenheiro assim manifestou-se sobre a volta à universidade dos professores e cientistas afastados pelo arbítrio:

"Antes de ser cientista, o mais importante é ser brasileiro, decente e trazer contribuição ao Brasil". Até hoje ninguém conseguiu entender as palavras de S. Excia. Ao que se sabe, os professores e cientistas afastados não eram chineses, canadenses ou belgas; ninguém, nem mesmo seu colega Armando Falcão, os acusou de indecentes, e, falando de contribuições, deram, por exemplo, renome internacional a Manguinhos.

Será que o Sr. Brandão estava mesmo respondendo à pergunta que lhe fizeram?

ATÉ NO RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, uma das unidades mais ricas da Federação, 62% do magistério, o equivalente a 52 mil professores, ganha, menos de Cr\$ 2.500,00 mensais. A informação é do próprio Secretário de Educação do governo gaúcho. Leônidas Ribas.

CLAMOR MINISTERIAL

"Como o professor compra livros, como se aparelha, como se programa em termos de estudos, se é obrigado a ter três ou quatro empregos para sobreviver?" Quem pergunta é o Ministro Eduardo Portella.

Mais clamor

"O salário-base do professor do Município do Rio é invariável, um absurdo." Professora Terezinha Saraiva, ex-Secretária Municipal de Educação.

O "O GLOBO"!

"Por que, por exemplo, um engenheiro ganha mais que o dobro do que ganha um mestre em fim de carreira? Questões como esta podem não ter respostas satisfatórias, mas respondem pelo ainda baixo nível do ensino no País."

NOVAMENTE OS 25 ANOS

Mais uma tentativa de emenda constitucional devolvendo aos professores das redes públicas o direito de aposentadoria aos 25 anos de serviço. O projeto, encaminhado por parlamentares da Arena e do MDB, foi apresentado a 12 de março na Câmara.

Os professores da rede privada, é bom lembrar, já gozam dessa prerrogativa.

Mais Editorial

"O tratamento a que os mestres fazem jus pela contribuição que emprestam à causa educacional lhes foi negado, e ainda lhes impuseram, como corolário de tantos sacrifícios, um aumento da carga horária que agrava ainda mais o desequilíbrio entre os deveres já excessivos e os direitos mínimos de que desfrutam" (Editorial de "O Fluminense", de Niterói).

PAULISTAS: 70%

Os professores da rede estadual de São Paulo encaminharam ao Governador Paulo Maluf ofício no qual reivindicam 70 por cento, mais 2 mil cruzeiros fixos, a vigorar a partir de primeiro de março de 1979.

RIO, MAIS UNIVERSIDADE QUE N. IORQUIN

Um dos últimos atos do Presidente Geisel: encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei que transforme a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro — FEFIERJ — em UNIRIO, Universidade do Rio de Janeiro. Imposição, reforma universitária. É a decisão da universidade do Rio.

TECNOCRATA É FOGO

Quando a professora Terezinha Saraiva reclamou que a sua Secretaria não fora convidada a opinar, quando a elaboração do Plano de Classificação de Cargos e Plano de Vencimentos dos Servidores Municipais do Rio de Janeiro, o Sr. Paulo Aquino, em Secretário de Administração, respondeu na bucha: "Não havia o que participar muito, temos nossos técnicos, nossas diretrizes." Pois é, deu no deu.

AGATHA CHRISTIE, HELP!

O Ministro da Justiça, Sr. Petrônio Portella, não quer a censura vinculada sua pasta. Tentou passá-la para o Ministro da Educação. Presente, grego que o outro Portella, o Ministro Eduardo, recusou. O Cel. Moacyr Coelho — Diretor Geral da Polícia Militar — declarou que a censura não seria exercida pela Polícia. Acredita-se que o Brasil é o único país no mundo onde esse fato ocorre. Pergunta-se: se quem quer ficar com o trabalho, quem impede que ele seja lançado ao recipiente ideal, a lata do lixo?

Ei, Garotão de Ipanema que estudano Funda

Informa a UNESCO: nos países desenvolvidos, um estudante universitário custa, em média, tanto quanto três estudantes de 1.^o grau. Informa IBGE: no Brasil, ele custa tanto quanto 86 alunos de 1.^o grau.

E Por Aqui?

A Argentina, segundo a Organização Internacional do Trabalho, é o país que melhor paga aos professores em início de carreira, quando comparados salários de mestre e operário da indústria: 60% a mais. Enquanto isso...

ANISTIA, Ainda que Tardia!

Professor

Waldyr Medeiros Duarte

da 8 de setembro de 1964 recebi uma intimação para "apresentar, no prazo de 5 dias, os documentos necessários ao recebimento da presente, a defesa e a defesa dos atos apurados no processo de sumária nº 98/64..." Os grifos são

quanto, na Repartição indicada, tomei conhecimento do documento acusatório, que

— Fulano de Tal e outros — Enéas Martins de Barros —

deixar sua condição de Diretor do Colégio Estadual de Cairu, diz o informan-

1960 havia um ambiente de grande tensão que transformou este Colégio em uma escola do PCB.

que ano e em 1961 formou-se, sorvendo uma célula comunista cujas integrantes eram Medeiros Duarte, Fulano, Belandina e mais 5 colegas.

denúncia do Prof. Abelardo Villalobos, os comunistas haviam redigido um documento que esta direção não pode conseguir cumprir.

1962 os referidos professores foram, na verdade, pedidos transfêrenciais do Colégio de Cairu mas que continuaram sua atuação no Colégio Estadual Brigadeiro

da em 1962, tivemos conhecimento da existência da Associação de Professores do Estado liderada por Waldyr e os professores de todos os integrantes da direção da

segundo fomos informados, (grifo meu) e desenvolve atividades notoriamente

uma relação de suspeitos, com os colegas, todos do C.E. Brigadeiro em uma recomendação de que sejam tomadas sobre os mesmos a DOPS e ao Colégio.

respondeu, em ofício datado de 1962, atendendo minha "ficha" da qual destaco os principais itens:

1965 é intransigente adepto do credo

em 1936 por distribuir boletins de propaganda comunista — leram boletins anti-democráticos pela UDE — União Democrática — Ja qual eu era filiado).

o Diretor da Liga da Defesa Nacional fundada por Olavo Bilac e de (grifo meu).

relatório de A CLASSE OPERÁRIA e Z. OPERÁRIA... (Semanários que, na época, eram legalmente).

disputou eleições na legenda do Colégio, tendo existência legal e seus candidatos no TRE).

o fechamento do PCB (1947), teve na sua reorganização. E ele um dos responsáveis por quase toda a imprensa vermelha desta capital, sendo elemento de grande importância no PCB. (Apenas suposições e elementos de prova).

foi e processado, juntamente com outros, em março de 1949 e em agosto de 1950 desta DOPS, sem constar, entretanto, no processo. (Naturalmente, por falta de provas para a violência, fomos soltos dois meses e respectivos "processos" foram ar-

o junho de 1955 solicitude verificação para obtenção de passaporte para a Itália e Suíça... IO atestado e o documento concedido).

reprodução de novo depoimento, no qual Enéas Martins de Barros que, em depoimentos anteriores e diz mais:

Waldyr Medeiros Duarte é eleito, figurando mesmo como fundador e presidente da Associação de Professores de Instrução Subversiva.

quanto ao mesmo o depoente afirma que se conduz no magistério, no Colégio, de forma a não merecer a pena de subversivo (sic), reconhecendo a sua inteligência invulgar, os pontos para um Professor.

ANISTIA ANISTIA
ANISTIA ANISTIA
ANISTIA ANISTIA
ANISTIA ANISTIA
ANISTIA ANISTIA
ANISTIA ANISTIA
ANISTIA ANISTIA
ANISTIA ANISTIA
ANISTIA ANISTIA
ANISTIA ANISTIA

nefasta no C.E. Brigadeiro Schorcht, onde foi até aumentado com adesão do Prof. Fulano... (e denuncia mais um colega)''

Está claro, portanto, que não havia nenhum ato apurado que pudesse justificar, mesmo perante a nova legislação imposta ao País, qualquer punição. Minha ficha na Delegacia de Ordem Política e Social relacionava, num período de 20 anos (1935/55), inúmeros "delitos políticos" os quais, mesmo considerados sem aspas, já estariam prescritos em 1964. E as denúncias de Enéas e Villalobos referiam-se apenas a suposições. Além do mais, Enéas não tinha nenhuma autoridade moral para acusar quem quer que fosse. Sua palavra não merecia qualquer consideração entre os colegas, alunos e até funcionários administrativos, pois sabíamos todos que estava sendo objeto de inquérito administrativo por irregularidade na prestação de contas dos fundos da Caixa Escolar.

De qualquer modo, atendendo à intimação recebida, escrevi umas poucas linhas contestando todas aquelas tolas e infundadas acusações. Solicitei tempo útil para apresentar documentos de defesa e que fossem ouvidas testemunhas idôneas, capazes de prestar declarações em juízo sobre minha atuação profissional. E continuei o meu trabalho diário no Colégio Estadual Brigadeiro Schorcht, no Colégio Pedro II e no Colégio Rio de Janeiro.

Mas o Ato Institucional nº 1, editado a 9 de abril de 1964, tinha um prazo de validade, explicito no texto, de seis meses apenas, extinguindo-se os seus poderes a 9 de outubro. Portanto, em menos de 20 dias, a Comissão de Investigação Sumária redigiu e apresentou seu parecer ao Governador Lacerda, que o aprovou sem mais delongas e emitiu os Decretos punitivos, no dia 8 de outubro, mandando suspender por 90 dias sem vencimentos, 16 professores e demitindo outros 5 — os professores José Grabois, Robespierre Martins Teixeira, Luiz César Vinhaes da Costa, Bayard Demaria Boiteux, Waldyr Medeiros Duarte e Léa Scheinvar.

"por participar de agremiações contrárias ao regime democrático e por desvirtuar currículos escolares para fins de proselitismo político e propaganda de idéias extremistas, segundo parecer unânime da Comissão."

do Estado da Guanabara, que tinha seus Estatutos aprovados e registrados de acordo com a Lei. E, quanto a "desvirtuar currículos para fins de proselitismo político e propaganda de idéias extremistas", não havia esta acusação a nenhum de nós em toda a denúncia. Até pelo contrário, pois, a se dar crédito à palavra do denunciante, disse ele no seu segundo depoimento que "o investigado se conduz no magistério de forma a não merecer reparos. "E ainda mais: à fls. 6 dos autos da investigação consta a declaração da nossa querida amiga e ilustre Professora Henriete de Hollanda Amado, então Diretora do Colégio Estadual Brigadeiro Schorcht — onde estive lotado de março de 1962 até a data da minha demissão — afirmando não existir no estabelecimento que dirigia, nenhum professor que pudesse ser incluído entre os infratores do Art. 7º do Ato Institucional nº 1.

Estava eu, portanto, sendo punido apenas pelas minhas idéias, realmente contrárias — até hoje e cada vez mais — aos que, chamando o seu movimento golpista de "revolução democrática", já não podiam esconder o verdadeiro caráter da "democracia relativa" imposta à Nação à custa do arbítrio e da violência generalizados.

Mas não pararam aí. A demissão reacionária e imposta, sem qualquer possibilidade de recurso a instâncias superiores, não satisfaz aos detentores do poder discricionário no Estado. Uma vez que não conseguiram elementos suficientes para nos levar à cadeia e consequentemente à tortura física — como já estava se tornando rotina nas prisões estaduais e federais da "revolução" — não perderam a oportunidade de torturar, pelo menos moralmente, a quem quer que ousasse discordar dos seus maus disfarçados propósitos. E, na semana seguinte à nossa demissão, o governo do Estado fez publicar em todos os jornais a Portaria "P" nº 5.004, de 20/10/64, que vinha assinada pelo Secretário de Estado da Administração, Luiz Pires Leal.

no uso de suas atribuições legais, resolve declarar a inidoneidade moral, para o exercício de cargos públicos no magistério Estadual, de José Grabois, Robespierre Martins Teixeira, Luiz César Vinhaes da Costa, Bayard Demaria Boiteux, Waldyr Medeiros e Léa Scheinvar, determinando sua consequente eliminação dos concursos públicos e provas de seleção em que porventura estejam ins-

Passei, então, à condição de subversivo estadual — mas não federal — e de punido "ad eternum" no Estado (e já lá se vão 15 anos). Não mais teria qualquer condição de disputar um cargo no magistério estadual. E como que para caracterizar ainda mais um certo humor negro, os meus amigos enviaram-me um exemplar do Órgão Interno da Administração do Estado, datado de agosto de 1964, (cerca de um mês antes de minha demissão) onde se lia, na Seção "Atos do Governador", a minha promoção por merecimento ao nível 26. Não deixava, por certo, de ser engraçado. Recordei-me de um poema de Drummond e pensava, com meus botões: enquanto autoridades municipais e estaduais julgavam-me tão indignamente, eu, que continuava o meu trabalho como professor Federal, ainda poderia continuar "tirando ouro do nariz..."

No momento de recordar tais fatos, é justo manifestar aqui o meu reconhecimento ao gesto do prof. Vandick Londres da Nóbrega, meu Diretor no Colégio Pedro II que, embora ciente das nossas divergências no terreno político, muito-me confortou naquele inesquecível outubro de 1964 enviando-me, a propósito do transcurso do Dia do Mestre, um telegrama "de agradecimento vossa preciosa participação dignificante missão contribuir formação nossa juventude. "Igualmente aos meus dois Diretores no Colégio Rio de Janeiro, o saudoso Professor José Pereira Crespo, e o Professor Mário Alves que, naquele momento, manifestaram sua confiança no meu trabalho, aumentando minha carga horária para compensar, em parte, os prejuízos resultantes da injusta demissão.

Aos punidos pelo A. I. 1, não cabia nenhum recurso, salvo para os que estivessem no exercício de cargos vitalícios. Mesmo assim, resolvi apelar. E, no dia 9 de novembro dei entrada no Protocolo Geral do Estado a um requerimento dirigido ao Governador, alegando que o requerente... "provido por concurso de provas e títulos há mais de dez anos, no gozo, portanto, da vitaliciedade..." solicitação foi encaminhada ao Presidente da República o requerimento anexo, ao qual juntei 15 documentos para melhor caracterizar minha defesa. O dr. Alcino Salazar, então Secretário de Justiça, despachou mais ou menos nos seguintes termos: "O requerente não está amparado pelo Art. 168, nº VI, da Constituição Federal, que define os cargos vitalícios. No entanto, se assim o entender, o Senhor Governador poderá aceitar o presente requerimento como um pedido de revisão". Logo abaixo, o despacho do Governador: "Mantenha-se a decisão. Carlos Lacerda".

Durante o Governo Negrão de Lima fiz nova tentativa, pedindo revisão e reclamando Justiça. Igualmente sem resultado.

Em 1969 o Colégio Pedro II abriu inscrição para Concurso, visando ao preenchimento de vagas de Professor Auxiliar de Ensino. Não me custava tentar acumular mais um cargo no Colégio, de acordo com a Lei, já que não mais poderia tentar outro no Estado. Inscrevi-me. Minha inscrição foi aceita e fiz o Concurso. A 9 de julho de 1970 o D. O. publicou a lista dos aprovados, onde constava o meu nome em primeiro lugar, com média 9,3. Recebi os parabéns e abraços de colegas e alunos e passei — agora um tanto apreensivo — a aguardar a nomeação.

Estávamos em 1970. E naquela altura, já então com o apoio do A. I. 5, a ditadura militar espalhava, furiosamente, seu ódio contra quem que ousasse manifestar qualquer opinião contra o arbítrio e a violência generalizados. Estavam em guerra... E as nomeações dos concursados no Pedro II foram se dando... a partir do 2º colocado. A Ideologia da Segurança Nacional — que alguns ingênuos acreditam ser criação do General Golbery mas que, na verdade, nos foi imposta e ditada pelas Escolas Militares de Washington e do Panamá — ensina que "quem não é amigo é um inimigo em potencial". Não seria justo, portanto, à luz da ideologia do grupo palaciano, "premiar um professor que não era amigo da Revolução" — sentenciou o SNI. Certamente um tanto assustado, o representante do Pedro II indagou se eu seria demitido do cargo que vinha exercendo há 26 anos naquele educandário. E, para honra minha, exibiram minha ficha e afirmaram que não, pois nela não constava nada que estivesse ligado à corrupção; que não podiam pôr em dúvida minha capacidade profissional e que, depois de 1955 só havia uma anotação política relacionada com a punição que me fora imposta pelo Governador Carlos Lacerda. E no fim do ano passado, depois de 37 anos de trabalho ininterrupto, acabei sendo "premiado..." com uma aposentadoria de Cr\$ 10.547,00.

Ensino Superior:

Professores lutam por melhores salários

Finalmente os professores do Ensino Superior começam a se organizar. Dia 24 de março realizou-se a primeira Assembleia Geral dos professores de 3º Grau do Ensino privado. A primeira vitória foi a própria Assembleia: mais de 250 professores discutiram, por 3 horas, as reivindicações básicas da categoria.

O professor universitário vivia uma situação particular. Embora arcasse com impostos e contribuições sindicais, não tinha no Sindicato dos Professores uma representação trabalhista firme, que defendesse seus interesses. A partir da Assembleia, porém, com a aprovação do Projeto de Contrato Coletivo de Trabalho, elaborado pela comissão de Ensino Superior do Sindicato dos professores, o Sindicato Patronal dos Estabelecimentos de Ensino Superior do Rio de Janeiro será convocado para sentar-se à mesa e iniciar as negociações visando concretizar o Contrato coletivo. O Contrato, inicialmente, será levado à Delegacia Regional do Trabalho, onde os dois Sindicatos — o dos Professores e o dos Estabelecimentos de Ensino — discutirão a possibilidade de um acordo. Caso não seja possível, haverá o dissídio coletivo da Categoria, a ser julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho, cabendo ainda a qualquer uma das partes, insatisfeitas com a decisão do Tribunal, recorrer à instância superior.

DEVERES SEM DIREITOS

A importância deste primeiro Contrato Coletivo está no fato de que as relações de trabalho na maioria dos estabelecimentos de ensino Superior nem sempre pautavam-se pelo mínimo respeito à legislação trabalhista. Eram relações ora paternalistas — conchavos e tapinhas nas costas — ora de senhores feudais — silêncio e terror sobre os professores; deveres sem direitos. O Contrato estabelece relações entre as partes — o capital e o trabalho — atendendo às necessidades do professorado, levando em consideração as particularidades da profissão.

Como é "natural" essas particularidades nem sempre foram consideradas pelos patrões. Os professores eram — e são — tratados como abastados profissionais liberais e, sem mais nem menos, podem ser dispensados em abril, por exemplo. Ao mestre — sem carinho — resta ir à Justiça do Trabalho e tentar obter o que lhe é de direito: remuneração por rescisão de contrato. Este é um dos muitos problemas da categoria. O surto "desenvolvimentista" da recente história

brasileira permitiu o surgimento de inúmeras faculdades cujo objetivo era um só: fornecer diplomas a granel e atender às pressões de setores de classe média ansiosos por uma qualificação profissional. Se o terreno era propício à expansão do ensino superior particular, o mesmo não se pode dizer sobre a organização da categoria. Os professores negociavam de maneira isolada e individual, num mercado de trabalho estreito e inseguro, e acabavam por aceitar condições de ensino que em nada contribuíam para os verdadeiros objetivos do ensino superior: formação profissional qualificada, produção e conhecimento, democratização do saber.

MARATONA PELA SOBREVIVÊNCIA

Cobrando preços exorbitantes, as Instituições amontoavam — e amontoam — 80, 100 alunos na sala de aula. Ao professor restava — e ainda resta — a difícil tarefa de conciliar sua consciência profissional, que lhe exige uma qualidade mínima de ensino, com a necessidade elementar de sobreviver. Baixos salários, péssimas condições de trabalho, lá ia — e lá vai — o professor, correndo de sala em sala, tentando obter um salário que lhe permita sobreviver dignamente.

Evidentemente não serão as instituições particulares as primeiras a procurar sanar estes problemas. E fica claro que, para o professor, os problemas são inúmeros: remuneração, estabilidade, condições de ensino e pesquisa. Cabe, porém, ao professor não compactuar com esta situação calamitosa. E neste sentido que foi elaborado o Contrato Coletivo de Trabalho a ser levado pelo Sindicato dos Professores à mesa das negociações. As reivindicações contidas no Contrato atendem tanto à questão salarial quanto à grave questão das condições de ensino. Os professores exigem um reajuste de 60% — igual ao dos professores do ensino médio — além de gratificações de 25% pela preparação de aulas e correção de trabalho acadêmico. O que os patrões devem saber — mas fingem que não sabem — é que o trabalho do professor não se inicia nem se conclui em sala de aula. A sala é apenas um momento de um longo processo de estudo, preparação e avaliação. A rigor, o professor dedica grande parte de seu tempo em casa na elaboração de planos de aula e exercícios sem que, no entanto, o salário que recebe leve em consideração este tempo, que é também um tempo de trabalho. Estabelecendo 25%

sobre o salário para a preparação de aulas e 25% para a correção de trabalhos acadêmicos, inclusive provas, o Contrato Coletivo visa corrigir a distorção existente hoje no salário do professor que não considera estas duas etapas do processo pedagógico.

LIMITAÇÃO DE TURMAS E ESTABILIDADE

Outra reivindicação fundamental é relativa ao número de alunos em sala de aula. A fome de lucros leva os estabelecimentos de ensino — em sua maioria — a colocar mais de 80 alunos em cada sala de aula. É evidente, e todos sabem, que o rendimento de uma aula com 80, 90 alunos é mínimo. É preciso limitar este número, a, no máximo, 50 alunos em cada sala. Cabe ao professor em sua luta, exigir condições que permitam melhorar a qualidade do ensino ministrado. A luta por limitação de turmas une professores, estudantes e todos aqueles seriamente comprometidos com a Educação no Brasil.

Do ponto de vista do professor, um dos mais graves problemas é a falta de segurança. Além de correr o risco de ser dispensado em qualquer mês do ano, podendo ficar meses desempregado, de semestre para semestre sua carga horária é manipulada arbitrariamente pelas instituições. Desta forma o salário do professor não permite um mínimo de estabilidade. De ano para ano pode ser drasticamente reduzido. Estas atitudes arbitrárias dos patrões encontram respaldo em omissões da C.L.T. cabendo, então, à categoria lutar para impedir estas arbitrariedades. A isto se propõe o Contrato Coletivo.

Estas são algumas das reivindicações contidas no Contrato Coletivo de Trabalho para os professores do 3º grau da Rede Particular. Está na hora de organizar a categoria (e mobilizá-la) para garantir a vitória do Contrato nas negociações, e para que o silêncio do professorado não seja interpretado como cumplicidade com os patrões. Como um dos principais interessados na qualidade de ensino, o professor precisa enfrentar os problemas criados pelo crescimento desordenado da rede particular de ensino superior. Se ele não se compromete com esta luta, está claro — e os últimos anos só confirmam — que a situação tende a se agravar. Além do mais, a situação salarial da categoria exige medidas urgentes. Está na hora de alguém tomar providências quanto aos rumos do Ensino Superior no Brasil.

POR UMA ESCOLA INTEGRAL

HILDETE PEREIRA

O brutal aumento do número de menores abandonados em grandes centros urbanos brasileiros vem sendo constantemente noticiado pela imprensa, que enfatiza o assunto já há algum tempo. Não sem razão. O juiz Alyrio Cavallieri, ex-juiz de menores, com base em processos contra menores de 18 anos ocorridos entre 1964 e 1967 — que a delinquência juvenil de Janeiro aumentou em 40% naquele período.

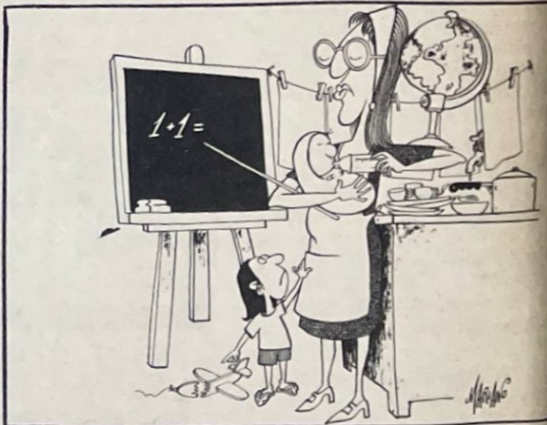
A revelação, ocorrida durante um ciclo de palestras no Psiquiátrico Pedro II, o juiz Cavallieri apregou uma solução: tinguir o 3º turno e criar uma escola integral (JB de 15/12/67).

Não defendemos a tese de que o problema da delinquência juvenil possa ser resolvido num simples passe de mágica com a adoção, pelo Estado, de uma escola integral. Mas queremos, isso sim, extrair da idéia do juiz Cavallieri o que ela tem de revolucionária na luta pela emancipação feminina.

As contradições da reprodução da força de trabalho nos países capitalistas subdesenvolvidos têm induzido as mulheres a entrar no mercado de trabalho. E a explicação é tão somente esta: aumentar a renda monetária da família para reequilibrar seu orçamento.

mas baixa do que entre as famílias, aliados à maternidade, pedem a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho.

Todavia, a maternidade não encarada como impecilho. A mulher deve protegê-la como forma de manutenção da espécie. Mas, se o envolvimento da sociedade capitalista a um processo de concentração — minando os salários dos homens — resta às mulheres enfiar-se nos trabalhos. Só que aí não encontrado uma saída para a geração de nossos filhos.



No entanto, essa entrada de mulheres no mercado de trabalho não se faz sem o acúmulo de suas funções domésticas de produtora e reprodutora da força de trabalho. O ônus deste trabalho recai, principalmente, nas camadas mais pobres, tendo como consequência imediata a diminuição nos cuidados maternos, o que leva a uma maior incidência de menores abandonados, como foi observado pelo juiz Cavallieri.

Basta ver a tabela 1 para se constatar que o Brasil ainda possui baixa participação feminina na força de trabalho. Segundo dados dos censos demográficos, em 1950 éramos 14,6% da força de trabalho; em 1970 passamos a 18,6% e espera-se que até 1980 esta participação dobre, já que ela tem crescido ao longo das três últimas décadas.

Com relação ao estado civil da mulher que trabalha, nota-se que as casadas apresentam menor taxa de participação: 9,8%, ou seja, quatro vezes

A resolução deste problema pela adoção de uma escola que se as crianças num horário separado da jornada de trabalho, isto é, horas. Porque pleitear jornada de trabalho diferente serviria apenas a criminalizar mais as mulheres. No entanto, é usado para rebaixar ainda mais os salários femininos.

Para os professores, uma solução funcionasse em torno único para a solução dos velhos problemas. Pois os baixos salários os obrigam a trabalhar em diversas escolas, bem distantes, para melhor proverem. É claro que a escola não pode ser feita às custas dos professores. Sua adoção só seria possível se uma remuneração que permitisse aos professores trabalhar em um colégio, num projeto integrado, lhe rendendo substancialmente as condições de trabalho.

TABELA 1

Taxas de atividades em diferentes regiões do mundo — 1960.

Região	Taxa Feminina
Todo o Mundo	29,8
África	25,4
América Latina	12,6
América do Norte	24,2
Europa	29,3
URSS	48,5
Oceânia	22,7
Brasil	17,9

Fonte: Informe VIII Conferência Internacional do Trabalho, 60ª Reunião (1975). In: Campiglia, Nestor — "Alguns problemas da formação profissional da Mulher na América Latina", Boletim CINTERFOR, 37/38, 1975.

TABELA 2

Taxa de Atividade Feminina na população economicamente ativa, por estado civil. Brasil, 1970.

solteiras
casadas
separadas
viúvas
unidas consensualmente
sem declaração

Fonte: IBGE — Censo Demográfico A Formação Profissional da Trabalhadora no Brasil. Convênio do Trabalho SENAI/SENAC.

SINDICATO EM AÇÃO

OPERAÇÕES CONSTITUCIONALIDADE

EXIBERA

de nossa história, duas observamos, uma, centenária; outra, mais parafederativa.

constatamos que se conste opõem, numa regime estabelecido pelas o governo geral; este, e a País em dois governos ou a Estado do Maranhão; o República Velha; esta e o novo, este e a redemocratização, esta e o sistema atual, e o art. 1º da Constituição que "o Brasil é uma república" e o § 1º do art. 47 a será objeto de deliberação de emenda tendente a alteração ou a República".

entre os períodos censitários ou unitários, mencionados o resultante do regime de 1937, imposto ao estabelecendo o chamado novo, cuja Constituição, pelo dava ao Presidente da poderes imensíveis.

base nele — é que a 1ª de 1933, foi assinado o Decreto-lei 162, aprovando a Consolidação do Trabalho, até hoje, fundamental de toda a nossa trabalhista, apesar da sua com a "Carta del Lavoro" de Mussolini e de ter sido decorrer de um período

a organização sindical espelha referida CLT, refletia a ideologia do sistema consuetudinário que havia autorizado. Um Estado Novo, que numa maiores solenidades, proclama e a destruição das dos símbolos estaduais, claramente o seu anti-estado, o seu sentido profun-

tário. dada a democracia no país, a Assembléia Constituinte, a Constituição de 1946, resuma sua plenitude, o regime a organização sindical estrutura estadonovista, portanto, com a organização situação perdura até hoje.

pois, que uma nova organização adotada, pondo a or-

ganização sindical, no grau federativo, em consonância com a sistemática política do país.

As organizações sindicais, se estão estruturadas em base nacional, através das confederações; em base municipal, através dos sindicatos; nenhuma organização possui em base estadual, em obediência ao espírito e a letra da Constituição Federal e respeitando o princípio da autonomia dos Estados.

As federações, como estão estruturadas, não garantem nenhuma representação estadual. Elas se organizam num caráter corporativo que bem reflete o modelo de onde foram copiadas — a monarquia unitária fascista italiana.

Aliás, o desrespeito à autonomia dos estados é quase total e não somente na organização sindical.

Tanto assim que o Sr. Jarbas Passarinho, ex-ministro do Trabalho e da Educação, futuro líder do governo no Senado, reconhece, em pronunciamento à imprensa, que a indicação dos governadores por via indireta conspira basicamente contra o princípio da federação, como se o Governo fosse na verdade unitário.

Torna-se, pois, necessário que cada unidade federativa recupere a sua autonomia e tenha os seus sindicatos reunidos em federações de atividades ou profissões, em grau estadual e não mais por grupos que nada representam.

Teríamos, assim, em cada Estado, os sindicatos diretamente ligados à Federação Estadual correspondente, constituindo as Federações Estaduais de Trabalhadores na Indústria; no Comércio; nos Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos; em Transportes Terrestres; em Comunicações e Publicidade; nas Empresas de Crédito; em Estabelecimentos de Educação e Cultura; na Agricultura e Pecuária e das Profissões Liberais, e não mais a multiplicidade existente, dissociadas e não representativas da atividade sindical, tornando artificiais as confederações, mantendo e garantindo nas entidades ditas de grau superior atuais, um peleguismo, uma estrutura viciada e não condizente com a organização constitucional do país.

O Professor Carlos Teixeira é ex-presidente do Sindicato de Professores do Município do Rio de Janeiro.

Expediente do Sindicato

— de segunda à sexta-feira, das 14h às 18h
— de segunda à sexta-feira, das 14h às 18h
— de segunda à sexta-feira, das 13h às 17h

Folha do Professor

76/1 abril/79
do Sindicato dos Professores
do Rio de Janeiro
Rua Pedro Lessa, 35/2º andar
Rio de Janeiro, RJ.
1966

Art. 1º
de Souza e Silva
Imprensa e Divulgação

de Vasconcellos
de Flores de Freitas

responsabiliza pelos artigos

Edição de Texto
Sandra Menezes

Arte e Diagramação
Laerte Fernandes
Composto e Impresso na Gráfica e Editora Jornal do Comércio — Rua do Livramento, 189 —
Tel.: 243-7671 — Rio de Janeiro

A Folha do Professor está aberta à colaboração dos companheiros. Todavia, o acúmulo de matéria pode obrigar a Comissão de Imprensa e Divulgação a selecionar aquelas que, a seu critério, forem julgadas de maior interesse para a categoria.

NOTICIÁRIO DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS

Avisamos aos companheiros que a Comissão de Atividades Culturais reiniciará suas atividades a partir do mês de abril. Pedimos, portanto, a contribuição de todos com sugestões para que possamos levar adiante nossos planos de trabalho.

COMISSÃO DE IMPRENSA

• O último número da "Folha", inteiramente dedicado à divulgação de nossa proposta de Contrato Coletivo de Trabalho, embora tivesse tido sua tiragem elevada para 7 mil exemplares, esgotou-se completamente. Neste número, retomamos a feição anterior do jornal, pois embora em plena campanha salarial, não é possível a um mesário ser um veículo de divulgação dos fatos que estão acontecendo com enorme rapidez. Por isso mesmo, na reunião convocada pela Diretoria do Sindicato em 22 de março, foi aprovada a proposta do Boletim Informativo, que levasse ao professorado as notícias à medida que fossem acontecendo.

A Comissão de Imprensa, como sempre aberta a todos aqueles que dela queiram participar, após o período das férias, voltou a reunir-se às segundas-feiras, às 16 horas, na Sede do Sindicato.

COMISSÃO DE ENSINO SUPERIOR

Após uma expressiva Assembléia Geral que aprovou o projeto de Contrato Coletivo de Trabalho para os professores de 3º Grau da Rede Particular, a Comissão de Ensino Superior do Sindicato dos Professores está convocando todos os professores para participar da Comissão de acompanhamento das negociações. Já podemos supor que as negociações exigirão ampla mobilização da categoria a fim de pressionar os patrões e conquistar a vitória do Contrato. Será preciso, em pouco tempo, realizar o trabalho de muitos anos: discutir as reivindicações, organizar a categoria, fortalecer a representação universitária no Sindicato através de ampla campanha de sindicalização. A vitória do Contrato depende fundamentalmente de nossa mobilização.

SERVIÇO SINDICAL

Benefícios Concedidos pelo Sindicato.

Auxílio Natalidade

— A associada ou ao associado quite com suas mensalidades, pelo parto da esposa não associada. Carência: 12 contribuições mensais. Valor: 30% do salário mínimo vigente.

Auxílio Funeral

— A família do associado quite com suas mensalidades. Carência: 12 contribuições mensais. Valor: 1 (um) salário mínimo.

Serviços Prestados pelo Sindicato.

Assistência Jurídica Trabalhista

— Dr.ª Leopoldina Leoni Santos — às segundas, terças e quartas-feiras, das 16h30 às 18h.

— Dr.ª Alice de França Marques — às quintas e sextas-feiras, das 16h30 às 18h.

Previdência Social

— Dr. Sizenando Lacerda — às terças e quintas-feiras, das 16h30 às 17h30.
Cível e Família

— Dr. Paulo Thomaz — às quintas-feiras, das 15 às 16h, na Sede do Sindicato. As segundas, terças, quartas e sextas-feiras, no escritório, mediante guia de consulta da Secretária do Sindicato.

Assistência Médico-Odontológica pelo Sindicato.

Odontológica

— Dr. Jair Chiachio diariamente, das 10 às 14h, na sede do Sindicato.

Clinica Geral.

— Dr. Samuel Sheikman às segundas, quartas e sextas-feiras, das 15 às 18h. As terças e quintas-feiras, das 15 às 16h30. Atendimento mediante guia de consulta da Secretária do Sindicato.

Através do clínico geral, os associados e dependentes poderão ter atendimento psicoterápico (taxa de Cr\$ 20,00 a consulta) com o Dr. Samuel Aarão Pena Reis.

Nota — Os serviços jurídico, médico, e dentário prestados pelo Sindicato, são gratuitos para os associados e dependentes mediante a apresentação da carteira social e do recibo de quitação.

PLACAR DA SINDICALIZAÇÃO

Professores que se sindicalizaram
De 1974 a 1977 inclusive: 79
Em 1978: 732

Em Janeiro e Fevereiro de 79: 184
Dos quais 109 Masculinos e 75 Femininos

Elegia aos "perseguidos"

Reproduzido do
"Boletim da ADPUC".

Reunidos em São Paulo, mês passado, mais de 40 associações de docentes de todo o Brasil, representando cerca de 10 mil associados, exigiram em sua Carta de Princípios, apoiada unanimemente em assembleia geral do encerramento, "a extirpação dos mecanismos de expurgo, triagem e discriminação, política e ideológica, existentes no interior da Universidade, sustentados, por forças internas e externas a ela".

A declaração resultou do testemunho geral dos participantes do Encontro, vivido em universidades diferentes, em regiões diversas, mas sob um mesmo contexto: o do sistema autoritário implantado no País, após 1964, que "cerceou a organização e a livre manifestação de amplos setores da sociedade, inclusive da comunidade universitária".

No Rio de Janeiro, dolorosamente vivemos o purgatório dos expurgos e das discriminações. Dezenas de colegas professores e pesquisadores de quase todas as nossas universidades foram atingidos pelo arbítrio, impedidos de exercer qualquer tipo de atividade acadêmica, condenados pela justiça dos poderosos do dia sem elemento direito de defesa. Os atestados de ideologia, inclusive, para ingresso no magistério universitário, incorporaram-se, sem pudores, à vida cotidiana de algumas das universidades fluminenses e cariocas.

Algumas instituições universitárias, no entanto, sob pressões de toda a ordem, arrostando mesmo a ameaça de baionetas, conseguiram a duras penas, nesse torvelinho inquisitorial, manter a sua dignidade, preservar a sua autonomia, afirmar o seu espírito de tolerância e compreensão em relação aos destinos da própria universidade. Dentre essas instituições, no Rio de Janeiro, destacou-se a sua Pontifícia Universidade Católica.

Não excluimos a eventualidade de injustiças, cometidas em virtude da intolerância ou da pusilanimidade de uma ou outra autoridade universitária, contra um ou outro colega. Não afastamos a possibilidade de eventuais recuos ou ambigüidades, inevitáveis na prática de uma instituição social complexa, que abriga forças de influência conflitantes e correntes de opiniões múltiplas, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Mas a nossa Universidade, nas várias gestões que se

teve na linha central da sua orientação, como decorrência prática da doutrina filosófica e social em que se apóia, o espírito da tolerância, o amor ao diálogo, a atitude permanente de repúdio à delação, ao expurgo ou à discriminação motivados por razões inconsistentes e menores. Enquanto a covardia ou a conivência com o poder dominante recusavam-se a receber no recinto da Universidade os cientistas e pesquisadores malditos, excomungados pelo Sistema, a honestidade intelectual e o amor pela ciência fizeram da nossa Pontifícia Universidade Católica um símbolo.

Físicos, matemáticos, químicos, engenheiros, educadores, sociólogos, historiadores e filósofos, condenados sem culpa pelo Sistema do Poder, discriminados sem defesa pelos mandatários do poder universitário, aqui permaneceram ou aqui tiveram acolhida, sob o aplauso da maioria imensa dos professores e alunos da instituição. Na convivência diária, por outro lado, esses companheiros afirmaram-se na admiração da comunidade e na confiança da instituição, jamais desmerecendo, sempre alvos de homenagens dos corpos discente e docente.

II

Sabemos hoje que a orientação aberta da nossa Universidade sofria a ameaça interna, contínua, daqueles que, mancomunados com o Sistema Autoritário e a intransigência intelectual, opondo-se à vontade da maioria, farsaicamente, conviviam conosco e mesmo nos dirigiam à testa de departamentos universitários. As intrigas e as delações deste grupo desqualificado pela comunidade jamais deixaram de ter vigência e delas tínhamos notícias permanentes.

Hoje, os fatos confirmam as notícias. Hoje, as notícias denunciam os fariseus. Hoje, os delatores de ontem aparecem nus aos nossos olhos, confirmando as impressões dos sentidos.

A ética dos anti-éticos revela-se hoje em toda a sua clareza. A delação externa substituiu a delação interna. Encurralados pela marcha dos acontecimentos, que conduzem a sociedade e à universidade brasileiras à democracia, graças à vontade do

nosso povo, os fariseus recorrem aos seus aliados externos, fugindo ao diálogo interno, renunciando o método de

forme pública confissão.

Paladinos dos perseguidos pela discriminação marxista, eis como se apresentam os fariseus de hoje, pretendendo obscurecer a realidade trans-lúcida. Querem, num passe de-mágica, fazer sumir o Sistema de Poder que os apóia e que aí está ainda consolidado no país, com sua polícia, suas organizações implacavelmente repressivas em relação aos marxistas, seus atestados de ideologia, sua máquina oficial de informações e denúncias.

Paladinos cômicos esses que têm a seu dispor as cátedras de dezenas de universidades brasileiras, ainda servem ao Sistema de Poder, que se beneficia inclusive e se fortalece com as estocadas desses espadachins de última hora. Na verdade, os perseguidos e discriminados de hoje — perseguidores e discriminadores de ontem — estão se credenciando para o serviço lucrativo e prestigioso com que lhes acena o Sistema do Poder.

Os nossos fariseus têm vestes curtas que não escondem as suas vergonhas: com seu jargão de denúncia dos "sanguinolentos subversivos", das "patrulhas ideológicas marxistas", ou das "insidiosas campanhas dos totalitários", estão a mostrar a fonte da sua inspiração, a matriz das duas articulações.

III

Opondo-se praticamente à democratização da sociedade brasileira, ao debate crítico no interior das universidades, à livre organização e manifestação dos alunos e professores, os nossos detratores ultimam a sua melancólica despedida. Que sigam em paz com os protetores de alto coturno!

Desprezados pelos alunos, que de muito renegaram a sua ciência capenga; repudiados pelos colegas, de que sempre estiveram distantes, nas associações ou nas lutas contra o arbítrio; incapazes de perceber, na sua cegueira intelectual que os invalida para o exercício da crítica, o significado das associações das forças dinâmicas da sociedade brasileira, que se organizam, os nossos detratores dentro em breve terão sobre os cadáveres a pá de cal da história de que são merecedores.

IV

Que as suas provocações e as suas denúncias tenham, pelo menos, para nós, uma lição positiva: a de unir-nos organicamente na luta pela extirpação dos

O documento que abaixo transcrevemos, embora só tenha sido publicado na íntegra pela "Folha de São Paulo", já é conhecido de muitos professores cariocas. Isto porque o Sindicato, como apoio ao movimento dos professores da rede pública, pela sua importância intrínseca encarregou-se de divulgá-lo plenamente.

Nem por isso a "Folha do Professor" se exime do dever de reproduzi-lo. Para conhecimento daqueles que ainda não tiveram a oportunidade de admirá-lo. E como homenagem, não apenas a Dom Valdir, mas a tantos outros Bispos brasileiros — Evaristo, Hélder Câmara, Tomaz Balduino, José Maria Pires Brandão, Ivo e Aluizio Lorscheider — que por bem entenderem sua Missão, optaram pelo povo.

SÓ A UNIÃO DOS FRACOS VENCE O MEDO PROVOCADO PELOS FORTES

"Prezados professores,
saudações

Alguns de vocês vieram me expor as reivindicações da classe. Consultado, achamos justo que a comunidade eclesial de Nossa Senhora Aparecida proporcionasse um local de comunicação para vocês. Vimos que não obstante a declaração de ilegalidade do movimento vocês souberam distinguir o que é justo e o que é ilegal e não se intimidaram. A greve é a forte arma pacífica dos fracos contra as injustiças. Os grandes e os poderosos não precisam fazer greve. As leis são feitas por eles. Por isso eles declaram o movimento de vocês fora da lei.

A única defesa que lhes resta é a greve. Esta não se faz sem a união de toda a classe. Sabemos que alguns têm medo. Não aderem. Desistiram. Entendemos. O medo é o desmoronamento da pessoa humana. É a arma que eles usam para dominar os fracos. Ameaçam com demissão. E quem não tem medo de não ter o pão para levar para casa? Ora, é justamente por causa do "pão minguaço" que

vocês lutam. Bom seria o que têm medo descobrir que é justamente o medo que fará menor o pão que levando para o lar. Só a união dos fracos vence o medo provocado pelos fortes.

Apelam para o sensu-talismo: tantas criaturas inocentes sem aulas! Isso chama chantagem emocional. É sintoma de fraqueza de vocês. Sei que vocês não vão nessa. Eles vêm com a missão: "se não cessar a luta não há negociação". É o mesmo. É do poder, não do serviço, ser autoritário. Autoritarismo é a degeneração da autoridade.

Fiquem certos de que entendemos o movimento de vocês e os apoiamos. É a maneira também de exigirem uma hierarquia de aplicação das verbas públicas na Educação e não só obras suntuosas, a título de desenvolvimento, pois é a tem consistência na formação do homem. Com nossos votos de bom êxito, no Senhor

DOM WALDIR CALHOUN
Bispo da Diocese de Volta Redonda

**PARTICIPE DA
LUTA SINDICAL
CONHEÇA SEUS
DIREITOS E
APRENDA A
DEFENDÊ-LOS
SINDICALIZE-SE**